



HAL
open science

Antropofagia Acadêmica, Categorização Social e Dualização Urbana

Edmond Préteceille

► **To cite this version:**

Edmond Préteceille. Antropofagia Acadêmica, Categorização Social e Dualização Urbana. 2022.
hal-03575998

HAL Id: hal-03575998

<https://sciencespo.hal.science/hal-03575998>

Preprint submitted on 15 Feb 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Antropofagia Acadêmica, Categorização Social e Dualização Urbana

Edmond Préteceille

Diretor de Pesquisa emérito do CNRS,
Sciences Po, Observatoire Sociologique du Changement
Paris, França

(Editoração do texto de 2002 por Maria de Lourdes Menezes†)

PRÓLOGO

Escrevi esse texto em 2002 em reação a um artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, no qual os autores se apropriavam de um trabalho que tínhamos feito juntos sem mencionar minha contribuição, e apresentavam o trabalho de maneira desonesta para esconder a sua manobra.

Mandei o texto a RBEUR pedindo direito de resposta. A revista recusou a publicação, protegendo *de facto* a desonestidade dos autores. Me propuseram mandar um artigo sobre minha pesquisa, o que não tinha sentido: ao apresentar minha leitura da pesquisa e minhas análises dos dados, era inevitável criticar a leitura de Ribeiro e Lago – o que foi negado.

Descartei naquele momento publicar essa resposta em outra revista. Decidi tornar esse texto publico na internet mais de quinze ano depois porque o desenvolvimento da minha pesquisa me leva a escrever com um colega um artigo presentando nossos resultados recentes sobre a evolução da segregação em Rio de Janeiro e São Paulo, no qual temos que discutir as convergências e divergências com os autores que tem publicado sobre o mesmo tema, entre eles os autores desse artigo de 2000 na RBEUR. A discussão vai se concentrar sobre dados, categorias, métodos e interpretações. Podemos mencionar o conflito anterior, mas sem entrar nos detalhes que não são uteis na discussão atual. Porem, a possibilidade de acesso ao presente texto permitira ao leitor entender melhor a verdadeira história da pesquisa. E o debate sobre a ética da pesquisa científica é hoje muito mais aberto e amplo, as instituições acadêmicas tomam mais a sério esse tipo de conflito, que no momento, elas preferiram descartar no Brasil como conflito interpessoal.

Introdução

Em 1998 a Bienal de São Paulo teve como tema a antropofagia, que então considerei intrigante em suas declinações quanto a utilizar a obra dos outros para construir a sua própria obra. Entre pintores e artistas já se trata de uma prática antiga, em que a referência nem sempre é explícita. No mundo acadêmico, a ética científica estabelece que, quando um pesquisador se inspira em teses ou utiliza o trabalho de outro, esse outro deve ser explicitamente citado, salvo se a abordagem tiver sido incorporada às bases teóricas comuns aos pesquisadores da disciplina. *A fortiori*, a ética também afirma que quando um trabalho é produto da atividade de vários autores, todos eles devem ser mencionados.

Múltiplas são as razões de tal procedimento, mas aqui pretendo assinalar apenas duas. Em primeiro lugar, a citação explícita do autor de quem se utiliza os aportes, positiva ou negativamente, garante o rigor do raciocínio na medida em que permite ir ao texto original e verificar se o raciocínio é mesmo aquele que foi citado, assim como também permite medir a originalidade ou a especificidade da contribuição de quem está escrevendo. Em segundo lugar, a menção aos diferentes autores de um mesmo trabalho constitui elemento de justiça na atribuição do trabalho realizado, lembrando que na atividade social do pesquisador a publicação – ou seja, a exposição pública dos resultados de uma pesquisa - constitui a base da avaliação e do julgamento de seus pares sobre a qualidade do trabalho realizado, o próprio cerne da dinâmica social coletiva da ciência. Função e responsabilidade específicas das revistas científicas, em virtude do controle que exercem sobre os artigos publicados como locais privilegiados da exposição pública e primeiro crivo do julgamento desses mesmos pares.

A motivação principal deste texto é responder a um artigo publicado nesta mesma revista, “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras : São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”, de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Luciana Corrêa do Lago (2000). E são três as razões que me levam a dar essa resposta: 1^a) o artigo citado trata da estruturação social das grandes metrópoles, que corresponde a um eixo central de trabalho que já faço há cerca de trinta anos; 2^a) os autores fazem apenas uma breve menção ao meu trabalho que, aliás, considero incorreta; e 3^a) na medida em que não mencionam a minha co-responsabilidade na pesquisa que corresponde à base do trabalho em questão, também considero que tenham infringido os dois princípios éticos acima mencionados. Como não se trata aqui apenas de criticar as ausências e manipulações do referido artigo, procurarei

chegar além da crítica, abordando algumas questões teóricas desse debate fundamental em minhas próprias pesquisas, ou seja: por um lado as relações entre globalização e transformação das estruturas sociais e, pelo outro, o uso de categorizações sociais, debate teórico-metodológico embutido no debate precedente. Para então, finalmente, discutir os resultados e as interpretações sobre as três metrópoles brasileiras apresentadas no artigo que estamos comentando.

I. Antes de mais nada, um pouco de história da análise contida neste texto

O título acima constitui a primeira frase do artigo “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras” e, também, o seu primeiro problema.

Para fazer verdadeiramente a história da pesquisa apresentada, seria necessário abordar três níveis entrelaçados: a história da pesquisa em ciências sociais sobre a questão abordada, as trajetórias intelectuais dos produtores dessa pesquisa e, finalmente, a trajetória da própria pesquisa. O primeiro nível é brevemente invocado por Ribeiro e Lago, e será discutido por mim mais adiante. Mas, nem o segundo nem o terceiro foram abordados nesse artigo. E assim, nem lendo a sua introdução, nem chegando ao final do artigo, o leitor será informado de que a problemática, a metodologia e os resultados sobre os quais ele está apoiado vêm, em grande parte, de uma pesquisa da qual fui co-inventor e co-responsável durante quase dez anos, juntamente com Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. É preciso, então, dar ao leitor do referido artigo as informações que lhe foram negadas pelos autores.

Para resumir rapidamente a trajetória intelectual que me levou a um longo envolvimento com esse projeto, lembrarei apenas que o questionamento sobre as relações entre as transformações econômicas e a estrutura social das metrópoles está no centro do meu trabalho desde o início dos anos 1970, quando já me encontrava engajado em um programa coletivo de pesquisa sobre a segregação e as desigualdades urbanas na metrópole parisiense¹.

Essa pesquisa estava inscrita nos debates da “nova sociologia urbana” de inspiração neo-marxista que se desenvolveu na França a partir do final dos anos 1960, e foi parcialmente orientada pela discussão crítica de teses que eu considerava por demais deterministas para definir a situação urbana das classes sociais na cidade capitalista, como as de J. Lojkine (1977) ou de A. Lipietz (1977). Muito preocupados com a dimensão empírica do trabalho sociológico, oposta à reputação teoricista atribuída a essa escola, demonstramos a complexidade da estrutura das desigualdades urbanas em

¹ A problemática inicial desse programa está exposta em: Préteceille, E., com a colaboração de Pinçon-Charlot M. e Rendu, P. 1975. *Équipements collectifs, structures urbaines et consommation sociale. Introduction théorique et méthodologique*. Paris : CSU.

região parisiense, e a importância da dimensão histórica e política de sua definição (Pinçon, Prêteceille e Rendu, 1986).

Tal debate assumiu uma dimensão internacional no diálogo entre neo-marxistas e neo-weberianos - desenvolvido no seio do comitê de pesquisa de sociologia urbana (RC21) da Associação Internacional de Sociologia e do *International Journal of Urban and Regional Research (IJURR)*, lançado em 1977 -, levando também a uma percepção mais explícita dos fatores não econômicos de estruturação dos modos de vida como demonstra, por exemplo, o dossiê publicado por *Society and Space* com os artigos de P. Dunleavy (1986), P. Saunders (1986) e o meu (Prêteceille, 1986), em seguida a uma conferência do RC21. Diálogo paralelo àquele desenvolvido na França em meu laboratório, o CSU, particularmente com a corrente mais inspirada pelos trabalhos de P. Bourdieu (cf. trabalhos de Monique Pinçon-Charlot e Michel Pinçon, como por exemplo a sua obra de 1989).

No entanto, se a pergunta inicial sobre os efeitos estruturantes da economia quanto à organização urbana da sociedade, foi capaz de manter a sua pertinência, validada por inúmeras pesquisas empíricas, ela também experimentou evoluções teóricas importantes, através dos aportes trazidos por essas mesmas pesquisas e pela evolução de nossas sociedades urbanas que elas revelaram, e poderíamos resumir em três pontos: 1º) a visão da economia tornando-se mais complexa, com a transformação da divisão do trabalho, que recolocou em questão o taylorismo; a introdução de novas tecnologias; a internacionalização do comércio, dos modelos produtivos e da dominação crescente das formas financeiras do capital; 2º) a escalada do neoliberalismo que atribuiu um peso político maior às empresas e provocou um certo recuo do Estado. E, afinal, esses dois processos, que junto à evolução das maneiras de viver, voltam a questionar aquela visão relativamente homogênea das classes sociais que havia predominado durante o período anterior, assim como as diversas trajetórias sociais de categorias sociais *a priori* mais fragmentadas. Aspecto particularmente importante para a pesquisa de que estamos tratando, pois tal mudança de perspectiva, que levou à análise da divisão social do espaço das grandes metrópoles através de categorias sócio-profissionais o mais detalhadas possível - de que buscamos compreender a maneira como se agregam e separam - mostra as grandes classes sociais homogêneas como uma das possibilidades dessa agregação, mas não uma certeza *a priori*.

Um outro efeito do debate internacional foi um forte estímulo às pesquisas comparativas necessárias para lidar com importantes diferenças históricas, políticas e sociais que tanto marcaram a organização da economia quanto das estruturas sociais, políticas públicas e modos de vida em países, no entanto, marcados de maneira semelhante pelo modo de produção capitalista dominante, apesar da internacionalização da economia ainda não ser chamada de globalização. Inicialmente, estive envolvido na questão das políticas urbanas (Pickvance et Prêteceille, org., 1991), e depois na

relação entre reestruturação econômica e reestruturação sócio-espacial, questão central da conferência do RC21 que organizamos em 1988 no Rio de Janeiro com Licia Valladares (Preteceille e Valladares, 1991). Em seguida, esbocei as minhas próprias análises comparativas buscando comparar a segregação nas grandes metrópoles (Préteceille, 1988, 1992, 1993), concluindo daí que a complexidade das pesquisas empíricas e dos conhecimentos sociológicos e históricos necessários sobre cada cidade implicava, obrigatoriamente, pesquisas em colaboração com pesquisadores especialistas locais.

Assim, a partir do final dos anos 1980 – mesmo continuando a desenvolver meus próprios trabalhos sobre a metrópole parisiense, que atualmente prosseguem através de uma análise da evolução dos anos 1990, a partir dos resultados do recenseamento de 1999 – empreendi, em colaboração com John Mollenkopf uma comparação entre Paris e Nova York. Trabalho este desenvolvido na rede de pesquisas comparativas organizada por ele sobre as *Global cities* Londres, Nova York, Paris e Tóquio (Mollenkopf, org., no prelo), que apresenta como uma de suas principais interrogações um novo questionamento – comum a todos os seus participantes a partir de pesquisas sobre cada uma dessas cidades – da tese da dualização urbana como efeito obrigatório da globalização econômica.

Por esta razão, considerando também a utilidade do interesse pelo caso das cidades que, *a priori*, não ocupavam uma posição central no processo da globalização, propus a Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, que já vinha trabalhando sobre o Rio, empreender uma pesquisa comparativa sobre Paris e o Rio de Janeiro. Tanto mais, que minhas primeiras observações qualitativas sobre a metrópole carioca ao final dos anos 1980, pareciam mostrar um sensível crescimento das categorias médias, em contracorrente aos discursos dominantes àquela época sobre a “década perdida”, esboçando ali, eventualmente, uma evolução comum inesperada com minhas próprias observações sobre Paris.

De fato, foi no início dos anos 1990 que lançamos juntos, no âmbito de um acordo de cooperação CNRS-CNPq, um projeto de pesquisa que visava analisar a relação entre as transformações econômicas e sócio-espaciais das grandes metrópoles². Em virtude de razões teóricas às quais farei referência mais adiante, decidimos em conjunto utilizar uma descrição da estrutura social da metrópole carioca inspirada nas categorias sócio-profissionais francesas (CS) detalhadas para analisar comparativamente os casos do Rio de Janeiro e de Paris, ampliados em seguida a São Paulo e Belo Horizonte. Negociamos, então, com o IBGE para obter acesso aos dados dos recenseamentos de 1980 e 1991 sob uma forma que nos permitisse trabalhar estatisticamente com unidades espaciais finas construídas a partir de setores censitários, do que são testemunhas os

² Projeto CNRS-CNPq “Reestruturação Econômica e Social das Grandes Metrópoles e Formação de Políticas Urbanas Modernas”.

responsáveis pelo IBGE, entre os quais Simon Schwartzman, então, o seu presidente. Contando com a colaboração de vários colegas associados ao projeto, adaptamos as categorias sócio-profissionais francesas ao caso do Brasil, atribuindo-lhes a denominação de categorias sócio-ocupacionais. Para o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro decidimos, também em conjunto, as várias unidades espaciais, realizando análises fatoriais e tipologias a partir de métodos da estatística descritiva “à francesa” aos quais iniciei vários colegas brasileiros, inclusive os dois autores em questão. Foram então necessários longos anos de negociações para ter acesso aos dados, para o financiamento do trabalho – aqui, devo agradecer a Luiz César de Queiroz Ribeiro que assumiu essa parte das responsabilidades –, e para o lentíssimo trabalho de elaboração estatística das diversas fases da análise, antes de chegar a resultados interpretáveis e publicáveis.

Foi a partir deste momento de nossa colaboração que as coisas começaram a mudar de rumo. Após um primeiro artigo que apresentava de forma resumida uma comparação entre Paris e Rio de Janeiro (Préteceille e Ribeiro, 1999), constatamos que seria necessário desenvolver muito mais os resultados detalhados das análises sobre o Rio de Janeiro para poder publicá-los. Na primeira apresentação pública dos resultados ainda provisórios de nossa pesquisa em 1999³, da qual também participei, Ribeiro simplesmente omitiu em sua apresentação que eu era co-responsável e co-autor da pesquisa. Este foi o nosso primeiro conflito. Na versão escrita (Ribeiro, 2000) as coisas foram ligeiramente corrigidas, mas a minha contribuição ainda fortemente minimizada. No mesmo livro, o capítulo de autoria de Luciana Corrêa do Lago (2000) não faz qualquer referência à minha co-responsabilidade na pesquisa de que ela utiliza amplamente os resultados, referindo-se exclusivamente a Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro como responsável pelo projeto. E o artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* também segue a mesma tônica da omissão total.

Tendo em vista esses diferentes conflitos que nada têm de pessoal, como várias pessoas pretendem insinuar, mas dizem respeito à ética científica, tomei a decisão de colocar um ponto final em nossa cooperação científica.

É difícil contestar a minha co-responsabilidade nesse trabalho⁴, na medida em que existem inúmeras evidências escritas, a começar pelos textos oficiais do acordo CNRS-CNPq, e outros tantos

³ Seminário “Impactos Metropolitanos da Reestruturação: Desigualdades Sociais e Governança Urbana”, IPPUR/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, FASE, Teresópolis, maio 1999.

⁴ Essa co-responsabilidade diz respeito à construção teórico-empírica do projeto de pesquisa comparativa, à construção das categorias sócio-ocupacionais, e às análises estatísticas e tipologias sócio-espaciais do Rio de Janeiro em 1980 e 1991 e das transformações do Rio entre esses dois recenseamentos, assim como de diversos cruzamentos dessas tipologias com os dados de nível de renda ou educação, raça, etc. Em virtude da ruptura dessa cooperação, não tenho qualquer responsabilidade nas análises estatísticas posteriores de outras metrópoles brasileiras ou de outros dados.

testemunhos do trabalho realizado coletivamente no IPPUR, sem falar das múltiplas apresentações que fiz sozinho - mas, sempre mencionando a co-autoria do trabalho - ou junto com Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro não só no Rio de Janeiro, como também em São Paulo, Belo Horizonte, ou durante várias reuniões anuais da ANPOCS.

De minha parte jamais deixarei de fazer referência à co-responsabilidade de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro em qualquer publicação que venha a redigir baseada no nosso material comum. Minha posição sempre foi publicar em co-autoria com autores brasileiros⁵, criticando a prática corrente entre alguns pesquisadores franceses e anglo-saxônicos de utilizar esses autores simplesmente como “fontes de dados”. E faço questão de declarar que, se a partir de agora sou obrigado a publicar sozinho sobre a referida pesquisa, faço isto em consequência da falta de ética praticada pelos dois ex-colegas brasileiros.

II. Dualização, globalização : os verdadeiros termos do debate

De forma breve, os autores lembram em sua introdução, que a pesquisa já estava inscrita no debate sobre os laços eventuais entre globalização e transformação sócio-espacial das grandes metrópoles, debate apoiado nos anos 1990 sobre a chamada *global city*. Eles situam (op. cit. pp. 111-112) tal debate em torno de dois eixos, o primeiro relativo às interpretações teóricas da globalização e centrado sobre os “paradigmas da pós-industrialização... e do pós-fordismo”, e o segundo “que busca colocar sob forma empírica a hipótese da tendência à dualização e à polarização social”. Apresentam, também, cada um desses dois eixos correspondendo a uma série de autores nomeados, e os dois autores do referido artigo alinhados ao segundo.

Minha primeira crítica sobre essa parte se refere à posição que me é atribuída no debate – aliás, a única menção feita à minha pessoa em todo o artigo (op. cit. p.112), quando fui classificado no eixo intitulado “pós-fordista” e excluído da segunda corrente para a qual mencionam Hamnett (1995) e Maloutas (1995). Implicitamente, os autores do artigo criaram dois grupos, na verdade dois campos, ainda que a oposição não seja explícita. Desta maneira, na medida em que estou colocado no campo oposto, é dada ao leitor uma representação do campo acadêmico marcada por uma distância simbólica que me dissocia da posição deles.

Não vejo como deixar de protestar contra tamanha desonestidade intelectual, assinalando os grosseiros procedimentos utilizados. De fato, a perspectiva da minha pesquisa é questionar a validade empírica da tese de dualização social das grandes metrópoles. Essa tese é amplamente difundida para além do próprio modelo da *global city* na medida em que, para mencionar apenas o caso francês, a

⁵ Como fiz no artigo citado em co-autoria com Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e nos artigos escritos com L. Valladares.

tese constitui uma das justificativas da “*Politique de la Ville*” desde o final dos anos 1980. Discuti-la é um dos eixos principais de meus próprios trabalhos sobre a metrópole parisiense, iniciados bem antes da cooperação CNRS-CNPq com essa equipe brasileira, conforme já indiquei anteriormente. Para explicitar tal manipulação, lembrarei apenas que um de meus artigos publicado em 1995 na revista *Sociétés Contemporaines* (Préteceille, 1995), já apresentava os primeiros resultados de minhas análises sobre a evolução da estrutura sócio-espacial entre os recenseamentos franceses de 1982 e 1990, além de demonstrar, através de resultados empíricos, que seria possível invalidar a tese da dualização social devido ao crescimento bastante sensível das categorias médias (as chamadas profissões intermediárias na nomenclatura das CS francesas) e à ausência de crescimento do conjunto das categorias menos qualificadas. Resultados, portanto, que se opõem à tese do “*shrinking middle*” e do crescimento simultâneo das categorias superiores e das categorias inferiores, segundo o modelo da ampulheta⁶.

Artigo publicado por mim em 1995 que os autores não podem pretender desconhecer, primeiramente, por citação de Ribeiro em texto anterior de sua autoria (Ribeiro, in Ribeiro org., 2000), e em seguida pelo fato de os textos de Hamnett e Maloutas citados por Ribeiro e Lago, terem sido também publicados no mesmo número da revista *Sociétés Contemporaines* de que fui organizador. Tampouco a convergência de nossas análises sobre o assunto pode provocar surpresa, pois Chris Hamnett e eu chegamos a integrar, antes mesmo da definição do projeto CNRS-CNPq com o Brasil, a rede comparativa internacional sobre as *global cities* já mencionada na qual vimos confrontando nossas análises e métodos. O mesmo pode ser dito em relação a Thomas Maloutas com quem mantenho um diálogo sobre os casos de Atenas e Paris desde os anos 1970.

A manipulação por omissão é ainda mais evidente quando confrontada com o próprio livro organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro acima citado, que contém um capítulo meu sobre Paris no qual desenvolvo, com base em dados mais recentes, o trabalho publicado anteriormente no artigo da revista *Sociétés Contemporaines*. Como explicar que o organizador de um livro pretenda não conhecer tais análises, cuja proximidade com as linhas mestras da pesquisa sobre as metrópoles brasileiras é mais do que evidente? Acredito que, por se constituírem uma evidência excessivamente reveladora de minha participação no referido trabalho, tenha-lhe parecido necessário escondê-las, falsificando deliberadamente a minha posição.

Para concluir a respeito desse tópico, devo acrescentar que os dois autores também falsificaram a sua própria posição através de uma recente e parcial conversão à crítica empírica da tese da dualização. O leitor curioso, que consultar a obra *Dualização e reestruturação urbana: o caso de Rio*

⁶ Ray Pahl (1977) foi o primeiro a adiantar a hipótese da evolução « em ampulheta », hipótese retomada em seguida no debate sobre as cidades globais e, mais amplamente, na sociologia americana.

de Janeiro (Ribeiro e Cardoso, 1996), vai constatar que Ribeiro defende com entusiasmo a tese da dualização. É obviamente licito poder mudar de opinião, mas em outro artigo mais recente, Ribeiro e Lago (2001) pretendem mais uma vez demonstrar de maneira empírica, com diferentes indicadores estatísticos convergentes, a realidade do processo de dualização da metrópole do Rio de Janeiro através da oposição crescente entre favela e o conjunto do restante da cidade (chamada pelos autores de bairros), resumindo assim os resultados a que chegaram: “Tais constatações parecem fortalecer as concepções dualistas da favela” (op.cit. p. 152). Do meu ponto de vista, esses resultados estão equivocados, pois resultam de um artefato do método que consiste em comparar o conjunto das favelas ao conjunto do restante da cidade, mas seria muito longo detalhar os equívocos dessa demonstração com base nos próprios resultados da nossa pesquisa comum, o que pretendo fazer em um próximo artigo. Por agora me basta assinalar que: se a pesquisa feita por nós em conjunto resulta em uma leitura não dualista da divisão social do espaço, isto nem sempre ocorre nos trabalhos assinados por Ribeiro e Lago.

Mas, retornemos ao eixo do debate internacional dentro do qual fui considerado e à maneira como é vista a posição dos demais autores de cuja excelente companhia eu compartilho. Nada direi sobre Manuel Castells, menos central neste debate, mas cuja obra é muito rica e complexa para ser – como de fato foi – reduzida a uma só palavra.

Quanto a Saskia Sassen, limitar a sua posição ao paradigma da “pós-industrialização” é, no mínimo, simples demais. Na obra *The Global City* (Sassen 1991), a autora desenvolveu um trabalho notável – tanto pela riqueza das observações empíricas quanto pelas posições teóricas – sobre o desenvolvimento e a lógica da aglomeração espacial específica das atividades terciárias superiores ligadas ao mercado financeiro e aos serviços avançados das empresas nas três cidades estratégicas para essas funções (Nova York, Londres e Tóquio). Sassen procurou deduzir a lógica da transformação das estruturas sociais, concluindo em favor da dualização. Mas, também aí, sua leitura tanto é teórica quanto empírica, e a crítica que lhe pode ser feita não passa pela falta de empenho quanto à validação empírica de sua hipótese. O meu desacordo com ela gira em torno de sua leitura empírica e continua quanto à ordem da discussão científica precisa e construtiva que coloca em questão problemas de método, escolha de indicadores e interpretação de dados, mas não se trata de uma oposição frontal de paradigmas antagônicos, conforme sugerem Ribeiro e Lago.

Por fim, resta Michael Storper, classificado juntamente comigo defensor de uma posição pós-fordista. Mas, devemos observar que a idéia de um paradigma pós-fordista não faz muito sentido. Se, por um lado, for o caso de reconhecer que: saímos do período de acumulação fordista dominante nos países desenvolvidos, para retomar a conceituação da teoria da regulação (Aglietta, 1976; Boyer, 1986) que forjou o sucesso da categoria de fordismo; e estamos na crise desse regime ou talvez na

emergência dolorida e conflitual de um ou de novos regimes possíveis, quem não é pós-fordista? Mas se, por outro lado, estamos tratando de uma posição específica com respeito à natureza de um novo regime de acumulação já constituído, as posições são numerosas e diversas, parecendo-me Michael Storper muito distanciado da visão de um modelo único de acumulação flexível ao qual esteve inicialmente associado, a julgar por suas publicações mais recentes (Storper, 1993, 1997) em que desenvolve uma análise muito mais complexa e diversificada da evolução, tanto dos modelos produtivos, quanto das interações entre esses modelos e os processos de regulação pública e suas diferentes formas de espacialização regional e urbana. Quanto a mim, também insisti sobre a importância da dimensão política dos processos de reestruturação econômica (Préteceille, 1990) e o caráter limitado da capacidade de explicação das transformações econômicas da metrópole parisiense pela simples globalização dos mercados financeiros e dos serviços avançados (Préteceille, 1995).

A questão das análises empíricas e das interpretações teóricas das transformações econômicas urbanas pós-fordistas não constituem, na verdade, conforme sugerem Ribeiro e Lago, um eixo distinto, ou seja, alternativo ao eixo da análise empírica das reestruturações sociais urbanas. O dado comum na tradição de pesquisa em que estão inseridos os diferentes autores mencionados, é a hipótese de um forte efeito estruturante das transformações econômicas sobre as transformações sociais urbanas. Na medida em que se interessa pelos efeitos sociais dos processos econômicos complexos dos quais estuda a espacialidade, Michael Storper não está fora dessa problemática, mesmo que ela não seja o seu objeto central. Aliás, ele também questiona a dualização no caso das cidades americanas, em especial Nova York e Los Angeles.

Devo ainda lembrar, que a convergência entre as posições de Storper e as minhas tampouco surpreende, pois trabalhamos juntos sobre esse assunto em um curso que ministramos em 1995, na UCLA. Os gráficos sobre a distribuição de renda nessas duas metrópoles, publicados em seu livro *The regional world* (1997), foram originalmente preparados para o nosso curso, tendo havido menção à sua origem, em respeito às regras da ética científica.

III. Categorizações sociais

A análise de eventuais efeitos estruturantes das transformações econômicas sobre a organização da sociedade urbana, supõe um sistema de categorias sociais que registre da melhor maneira possível os efeitos da organização da economia em um sentido amplo - divisão e organização do trabalho, qualificações, condições de trabalho, remuneração e status profissional, mercados de trabalho, etc. - sobre as estruturas sociais. Essas categorias sociais devem ser em especial utilizadas e utilizáveis nas únicas fontes estatísticas que permitem, salvo exceção, análises ao mesmo tempo sistemáticas sobre

o conjunto da estrutura social e em uma escala fina quanto à caracterização dos espaços urbanos, ou seja, nos recenseamentos.

Na França, tais categorias chamadas de sócio-profissionais (CS) foram elaboradas e utilizadas sistematicamente pelo INSEE (equivalente ao IBGE) desde o início dos anos 1950. Certos países possuem uma nomenclatura do mesmo tipo, mas com categorias e princípios de construção diferentes, como é o caso das *social classes* ou dos *socio-economic groups* do recenseamento britânico. Alguns países simplesmente não apresentam nada no gênero⁷.

Foi justamente por perceber que o recenseamento brasileiro comportava uma variável “ocupação” levantada pelo questionário aplicado pelo IBGE, mas pouco explorada, que tivemos a idéia de utilizá-la para construir no estudo da divisão social do espaço nas grandes metrópoles brasileiras, uma categorização inspirada das CS francesas. A nossa escolha foi adaptar as CS detalhadas (“de dois dígitos”) para permitir a melhor comparação com os dados sobre Paris, mas levando em conta as especificidades dos casos brasileiro e francês (por exemplo, a importância do setor informal no Brasil). Mas, nós não fomos os primeiros, outros no Brasil já haviam tido a mesma idéia para tentar esboçar essas categorizações (Jorge, A. F. et al., 1984; Silva, s.d.). Aliás, em alguns ramos de pesquisa como o da mobilidade social, existe uma nomenclatura frequentemente utilizada, o *class scheme* de Erikson-Goldthorpe-Portocarrero (Erikson e Goldthorpe, 1992) menos detalhada, no entanto, do que a CS “de dois dígitos”, e cuja utilização implica uma standardização.

Na apresentação dessas categorias sócio-ocupacionais e do seu modo de construção, Ribeiro e Lago mais uma vez omitem a minha co-responsabilidade, contentando-se em mencionar os autores franceses aos quais eu os havia introduzido através de cópias dos seus textos. Além disto, apresentam no referido artigo uma versão teoricamente baseada nas concepções de Pierre Bourdieu sobre a estruturação do espaço social (Ribeiro e Lago, op.cit. nota 2, p.112) e, neste ponto, incorrem em um duplo erro e uma falsificação.

O primeiro erro vem da incompreensão do modo de construção histórico das CS francesas. Os autores pretendem considerá-las como um modo de categorização capaz de traduzir a multidimensionalidade do espaço social assinalada por P. Bourdieu. Mas estão enganados quanto à história e ao caráter das CS. Conforme muito bem demonstraram A. Desrosières e L. Thévenot (1988) - por sinal equivocadamente lidos por Ribeiro e Lago -, e também assinalam A. Chenu no debate acima citado (Chauvel e Chenu, 2002), as CS francesas são um produto híbrido, uma construção

⁷ Uma análise comparativa da situação em diferentes países encontra-se em Duriez et al. (1991). Para uma discussão mais geral das diferenças entre países no que se refere aos modos de categorização e seus usos diferentes, ver o debate entre L. Chauvel e A. Chenu organizado por M. Oberti e E. Préteceille: “Enjeux et usages des catégories socioprofessionnelles: traditions nationales, comparaisons internationales et standardisation européenne” no dossiê de *Sociétés Contemporaines* “Enjeux et usages des catégories socioprofessionnelles en Europe” (2002).

teórica realizada pelos estatísticos do INSEE embutida em um processo de negociação e codificação de identidades profissionais através do sistema de convenções coletivas entre os sindicatos e o patronato, e do estatuto da função pública. Quanto ao segundo erro, que diz respeito à inspiração teórica, se é verdade que aquela da sociologia de Bourdieu teve influência no processo de revisão das CS para o recenseamento de 1982, seria um curioso anacronismo atribuir tal inspiração ao estatístico do INSEE Jean Porte que criou a estrutura de base das CS no início dos anos 1950.

Já a falsificação consiste em pretender que nossas categorias adaptadas das CS tenham resultado de um modelo teórico *ex ante*, derivado de Bourdieu ou de qualquer outro modelo teórico, pois tal proposição poderia impressionar mais o leitor, na medida em que atribuísse uma legitimidade maior à proposta das categorias sócio-ocupacionais brasileiras, por decorrentes de um sistema teórico. Considero, porém, mais honesto admitir que quando procuramos construir um equivalente brasileiro foi necessário um complexo processo de decisões pragmáticas, categoria por categoria, no qual os critérios não resultavam de qualquer modelo teórico, mas da negociação entre os dois objetivos parcialmente contraditórios já mencionados: garantir a comparabilidade com dados franceses, e levar em conta as especificidades da estrutura sócio-ocupacional brasileira⁸. Para este segundo ponto de vista, contamos com o auxílio dos anteriores trabalhos de nomenclatura já citados, que consideramos indicativos dessas especificidades. Através de um longo processo artesanal, incluímos, por exemplo, categorias como *comerciantes por conta própria, profissionais autônomos de nível superior, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros*, que não são identificados separadamente nas CS francesas. Em seguida, testamos a homogeneidade dessas categorias, examinando a distribuição de diversas variáveis como a renda e o nível educacional, o que levou a ajustes e correções.

Aliás, se tivéssemos seguido as concepções inspiradas na sociologia de P. Bourdieu, deveríamos ter aplicado aquelas que serviram à revisão das CS em 1982, quando foram distinguidos, por exemplo, dentro da categoria superior não dirigente (*categoria intelectual* na apresentação de Ribeiro e Lago) os seguintes grupos: profissões ligadas à autoridade do Estado (executivos da função pública, CS33); profissões mais intelectuais ou artísticas (professores e profissões literárias e científicas, CS34); profissões da informação, das artes e do espetáculo, CS35); profissões superiores ligadas às empresas (executivos administrativos e comerciais das empresas, CS37); e engenheiros (CS38). Ora, nós não seguimos essa sub-divisão, distinguindo apenas os assalariados dos autônomos

⁸ Sobre este ponto aproveito também para fazer uma auto-crítica : penso hoje que para sermos fiéis à filosofia híbrida das CS deveríamos, mais do que tomar ao pé da letra as próprias categorias, incluir mais sistematicamente alguns modos brasileiros de codificação institucional das identidades profissionais já existentes, como a diferença entre os trabalhadores com carteira assinada e os sem carteira.

e deixando de lado o essencial da multidimensionalidade do espaço social em que se inscrevem tais categorias.

Esse tipo de trabalho artesanal e pragmático é uma atividade frequentemente útil e até mesmo inerente ao trabalho sério de pesquisa em ciências sociais (Mills, 1965), com tantas exigências e tanta nobreza, quanto o uso puramente formal que se costuma fazer dos grandes guarda-chuvas teóricos.

O segundo erro no qual incorrem Ribeiro e Lago (2000) é apresentar como perfeitamente coerentes as concepções teóricas do espaço social de P. Bourdieu, e a perspectiva teórica que considera “como princípio básico a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade” (op. cit p. 112). Quanto à evolução do debate internacional acima esboçado, a primeira concepção me parece de inspiração mais neo-weberiana, enquanto a segunda mais neo-marxista. A centralidade do trabalho ou as relações de produção como matrizes das identidades sociais coletivas foram contestadas por P. Bourdieu, em favor de uma visão de campos múltiplos em cuja interação, teoricamente, nenhum se impõe como determinante⁹. E, justamente em Bourdieu, encontramos um efeito dessa contestação na sua concepção da equivalência e convertibilidade dos capitais, econômico, social e cultural. É certamente permitida a Ribeiro e Lago essa liberdade de querer reinterpretar *ex post* o nosso trabalho segundo uma leitura baseada em P. Bourdieu. No entanto, os dois deveriam modificar o “princípio básico” ao invés de escamotear essa incoerência. Deveriam ainda superar o uso incoerente que fazem da palavra “capital” empregada ora na acepção de P. Bourdieu (distribuição dos capitais econômicos e escolares segundo os indivíduos, tratando-se de desigualdades hierarquizantes), ora na acepção marxista clássica (relação social dicotômica entre proprietários dos meios de produção e proprietários apenas de sua força de trabalho).

IV. Hierarquia das posições sociais em três metrópoles brasileiras.

Por fim, gostaria de comentar a última parte do artigo em questão, quando passarei à posição de leitor, na medida em que não tive qualquer participação na análise estatística nem nas interpretações realizadas, de inteira responsabilidade dos autores.

Existe algo patético nessa última parte – em que é mobilizado um considerável arsenal metodológico para demonstrar o evidente, expressando o próprio constrangimento a esse respeito: “trata-se de um resultado até certo ponto banal, já que, sendo o sistema de classificação adotado – baseado nas ocupações - uma hierarquia sócio-econômica fundada na produção e gestão de riqueza,

⁹ A diferença que proponho entre os dois tipos de inspiração é da ordem da ponderação diferente dos fatores e das escolhas prioritárias de objetos de pesquisa. Portanto, não se trata de uma oposição em termos de uma divergência teórica absoluta, pois as trocas e os empréstimos recíprocos entre as duas perspectivas são numerosos. Mas essa diferença que aponto não corresponde apenas a uma “nuança”.

é de se esperar que os atributos requeridos para que os indivíduos assumam cada posição sejam determinados pelo volume total de capital de que cada um dispõe” (op. cit. p.118). Caso déssemos crédito aos princípios de construção das categorias sócio-ocupacionais reivindicadas pelos autores (cf. supra), seu trabalho de análise estatística seria de fato essencialmente tautológico: as categorias construídas segundo uma distribuição desigual do capital econômico e escolar se revelam hierarquizadas de acordo com essas mesmas dimensões!

Ora, na realidade, a análise não é completamente tautológica, pois os princípios de sua construção não foram aqueles reivindicados no artigo em questão, mas o artesanato pragmático já evocado neste texto a partir das CS francesas - elas mesmas apenas parcialmente construídas levando em conta as diferenças de renda e educação. No entanto, como havíamos ajustado os agrupamentos de ocupação por categorias, controlando os níveis médios e as distribuições de renda e de escolaridade, categoria por categoria, seria possível afirmar que os resultados da análise fatorial apresentada por Ribeiro e Lago (2000, pp.118-121), correspondem apenas a uma verificação da qualidade de tais agrupamentos. Mas as categorias sócio-ocupacionais estão por demais ligadas às variáveis de renda e educação para que a análise fatorial que as cruza seja capaz de produzir uma informação realmente nova¹⁰. A classificação ascendente hierárquica apresentada um pouco mais adiante (op.cit. p.122) é, também, uma operação da mesma ordem da verificação pois as classes encontradas são aproximadamente equivalentes aos agrupamentos de categorias inicialmente definidos, inspirados no nível mais agregado das CS francesas (CS “de um dígito”).

Mas, ainda é necessário assinalar algumas dúvidas. Ribeiro e Lago observam a posição surpreendente da categoria dos *ambulantes e biscateiros* na hierarquia social (op. cit. p.120), imediatamente abaixo dos *operários da indústria moderna* e dos *operários dos serviços auxiliares* (transporte, comunicação, etc.) mas, para isso, não oferecem qualquer explicação. Esse tipo de resultado inesperado é particularmente útil para os procedimentos de verificação: ou ele constitui uma verdadeira descoberta sociológica, que então merece uma explicação mais aprofundada; ou o resultado é revelador de um erro, o que também não deixa de ser útil em outro sentido. No já mencionado processo de ajuste das categorias havíamos encontrado estranhos resultados relativos a essa categoria dos *ambulantes e biscateiros*, que apresentou uma renda média maior do que a esperada, revelando o estudo fino da distribuição de renda dos indivíduos que a alta média encontrada era consequência da presença nessa categoria de alguns indivíduos com renda astronômica - o que de fato correspondia a erros no arquivo, significando ausência de dados na digitação dos códigos. O

¹⁰ Vale dizer por contraste que este não é o caso das análises seguintes nas quais se cruzam as categorias sócio-ocupacionais com as variáveis raça, gênero e tipo de família, variáveis que não foram usadas na construção das categorias sócio-ocupacionais.

leitor fica então querendo saber mais sobre essa “desmarginalização” estatística dos *ambulantes e biscateiros*.

Nos agrupamentos em classes sugeridos pela classificação hierárquica ascendente (op. cit. p.122), é possível observar que os *comerciantes por conta própria* foram classificados junto com *ambulantes e biscateiros* e não com *pequenos empregadores*, como havíamos feito originalmente. Mais uma vez seria necessário perguntar se isto corresponde a um verdadeiro resultado sociológico capaz de invalidar a nossa inclusão inicial dos comerciantes por conta própria na categoria de pequena burguesia (o que seria possível acontecer), ou se tal fato é revelador de algum outro tipo de erro.

Por outro lado, Ribeiro e Lago (2000) não discutem a definição das modalidades das variáveis eleitas, nem de um ponto de vista teórico, nem de um ponto de vista empírico. Do primeiro ponto de vista P. Bourdieu, provavelmente, não teria aceito o número de anos de estudo dividido em cinco faixas como *proxy* do conceito de capital escolar, tendo em vista a sua grande atenção quanto às diferenças de reconhecimento social entre carreiras de formação, estabelecimento de ensino e diplomas. E do segundo ponto de vista, a escolha do número de faixas e das linhas divisórias na distribuição, é muito importante porque pré-determina em grande parte os resultados da análise. Assim, a definição da quinta faixa de renda que agrupa os que ganham acima de 20 salários mínimos (hoje 4 mil reais), junta provavelmente nessa mesma faixa a grande maioria dos *empregados de nível superior, profissionais liberais, dirigentes do setor público e privado* e dos *empresários*. Agregação que apresenta como consequência lógica o forte agrupamento dessas categorias no gráfico 2 e no dendrograma da classificação (op. cit. p.122), sendo ainda possível estabelecer a hipótese de que uma segmentação mais fina das faixas de renda mostraria, pelo contrário, marcantes diferenças entre tais categorias.

Outro resultado inesperado e assinalado pelos autores (op. cit. p. 120) é, sem dúvida, consequência dessa mesma definição das faixas de renda. Os *empresários* aparecem na hierarquia social abaixo dos *dirigentes* e das *categorias intelectuais*. Mas basta que essas três categorias estejam classificadas na mesma faixa superior de renda para que eventuais diferenças muito grandes de renda a favor dos *empresários* fiquem neutralizadas; e, pelo contrário, é bem possível que a segmentação dessas faixas por anos de estudo classifique, mais sistematicamente, as *categorias intelectuais* na faixa superior do que os *empresários*; nessa hipótese a diferença hierárquica mencionada pode ser um puro artefato da escolha das modalidades de variáveis.

Finalmente, a interpretação dos resultados proposta revela uma incompreensão metodológica muito mais séria. Ribeiro e Lago insistem, quanto à “enorme distância que separa as elites econômica e intelectual do restante das outras posições sociais” (op. cit. p.119), na posição dessas categorias como “fortemente excêntricas no espaço social” (idem), o que segundo eles expressaria a “enorme

desproporção entre a parcela do capital total detida... por essas categorias” (idem). Mas a análise de correspondências não permite tais conclusões. A “distância” a partir da qual são calculados os fatores e as coordenadas sobre os fatores, representados no gráfico do primeiro plano fatorial, é uma distância de distribuição entre as modalidades das variáveis, a distancia do chi2. Distância que não pode ser diretamente interpretada em termos de distância social, cuja definição supõe uma métrica adequada à sua definição teórica..

Para definir tal métrica e qualificar sociologicamente a importância dessa distância social, seria necessário, por exemplo, ter calculado o valor médio de indicadores capazes de permitir a medição de uma distância com sentido sociológico explícito, como por exemplo, a diferença de renda. Seria então possível encontrar efetivamente a confirmação daquilo que já se sabe sobre as desigualdades sociais no Brasil, pois a análise fatorial confirmou a validade das categorias sócio-ocupacionais. No entanto, Ribeiro e Lago (2000) não fazem isto. Afirmar que existe uma “enorme distância” entre as *categorias intelectuais*, agrupadas pelos autores com *dirigentes* e *empresários*, e as categorias médias, pode ser um puro artefato. Na verdade, pode ocorrer que a heterogeneidade da distribuição de renda na faixa superior seja tal que o intervalo entre a renda média desses profissionais de nível superior e a renda de certas categorias médias seja bem inferior ao intervalo entre a sua renda e aquela dos *dirigentes* e *empresários*. Mas, o contrario também é possível, e na ausência de informações mais precisas ou de segmentações mais finas, a análise apresentada não permite qualquer conclusão sobre esse assunto. Menos ainda sobre a parcela do capital total detida por essas categorias¹¹ pois, uma distribuição de renda muito menos desigual entre categorias hierarquizadas na mesma ordem poderia dar a mesma distancia do chi2 se a segmentação em modalidades fosse do mesmo tipo, e fica fácil realizar o exercício aplicando, à estrutura estudada, uma transformação linear que muda ao mesmo tempo os valores médios e as linhas divisórias das faixas sem mudar os números absolutos do quadro.

A única passagem em que a análise abandona a circularidade e os erros é a parte final, quando os autores cruzam as classes que agregam as categorias com as variáveis raça, gênero e tipo de família. O resultado mais interessante se refere à primeira variável na qual é possível perceber diferenças sensíveis entre as três metrópoles na tabela 2 (op. cit. p. 125). A partir do exame dessa tabela os autores concluem “que na metrópole paulista há uma relação mais estreita entre hierarquia social e diferenciação racial-étnica”. No entanto, a tabela não permite chegar a essa conclusão diretamente, pois o peso relativo dos *negros e pardos* nas três metrópoles é diferente (como, aliás, assinalam os autores). Mas, no caso de neutralizar essa diferença dividindo, por exemplo, o peso dos *negros e pardos* pelo peso da classe IV, provavelmente o mais próximo da média, encontramos uma

¹¹ Além do erro metodológico discutido, assinalamos o problema constituído pela conclusão sobre o capital detido (stock) a partir de dados sobre renda (fluxo).

densidade relativa de *negros e pardos* na classe I de 20% para São Paulo, contra 29% para o Rio de Janeiro e 30% para Belo Horizonte. No lado oposto da hierarquia social sua densidade relativa na classe VI é de 154% para São Paulo, contra 135% para o Rio e 129% para Belo Horizonte. Em termos relativos, os *negros e pardos* estão efetivamente menos presentes nas classes superiores e mais presentes nas classes mais pobres em São Paulo, resultado que deveria ser incluído no debate sobre os efeitos positivos ou negativos da concentração ou da diluição das minorias étnicas. Seria também bastante útil a proposição de hipóteses explicativas sobre as diferenças entre as três metrópoles.

Conclusão: A antropofagia : uma simples diferença cultural ?

Inicialmente este texto pretendia ser apenas um protesto contra a mentira por omissão dos autores de outro texto publicado nesta revista. Mas, relendo cuidadosamente o artigo “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras” constatei que se a minha posição no debate foi falsificada, na verdade também o conteúdo de nossa pesquisa comum foi falsificado pela camuflagem de uma teorização superposta *a posteriori* e mal controlada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Luciana Correa do Lago, além da utilização quase tautológica de métodos intimidatórios, só para impressionar o leitor, sem qualquer rigor nem aporte verdadeiro.

Mas, para além dos assuntos específicos dessa pesquisa e do tema abordado, ainda outras três questões mais gerais devem ser colocadas.

A primeira remete ao rigor teórico e metodológico que deve ser exigido de qualquer publicação de natureza científica. Após mais de 25 anos de experiência no comitê editorial do *International Journal of Urban and Regional Research* e mais de 10 anos como editor da revista *Sociétés Contemporaines*, sei muito bem que tal rigor nem sempre é fácil de controlar, mas é tal exigência que faz a qualidade de uma revista. E o leitor pode contribuir debatendo e respondendo aos textos publicados, levantando problemas dos quais os consultores da revista nem sempre têm conhecimento.

A segunda diz respeito à dimensão coletiva do trabalho de pesquisa. Uma grande parte da produção das ciências sociais se limita ao esforço individual, como as dissertações e as teses. Disto resulta, uma fragmentação considerável, além da limitação do trabalho a um artesanato individual e isolado, mutiplicação de monografias cujos efeitos cumulativos são difíceis de perceber. Ora, a amplitude e a complexidade das questões sobre as quais as ciências sociais devem se interrogar, só podem ser tratadas corretamente por pesquisas mais ambiciosas implicando a cooperação estreita de pesquisadores que trabalhem em equipe. Os processos de globalização e a interdependência crescente das sociedades também estimulam as pesquisas comparativas internacionais no mesmo sentido. Mas

para que esse tipo de trabalho possa se desenvolver e ter sucesso, é necessário que as regras de reconhecimento e avaliação do trabalho de cada um no seio do coletivo, sejam respeitadas.

Assim, o que me leva à terceira questão é a ética da pesquisa. Espero ter convencido o leitor de que a polêmica por mim levantada não resulta de um conflito pessoal ou de uma pretensa “diferença cultural”. A ética da pesquisa que associa honestidade com a exigência de rigor teórico e metodológico, pertence ao código de valores que acredito devam ser necessariamente compartilhados por toda comunidade científica, tanto brasileira quanto francesa. O que não significa a inexistência de problemas, ou, para usar a expressão de Boltanski, que a “*cit  scientifique*”, seja uma cidade ideal. Mas é dever de todos respeitar, fazer respeitar e ensinar aos estudantes o respeito a tais regras, não permitindo que antropófagos sem escrúpulos construam pequenos impérios passando por cima de seus colegas. Os verdadeiros antropófagos sabiam muito bem respeitar os seus inimigos para conseguir, ao comê-los, apropriar-se de sua força simbólica.

Referencias:

- Aglietta, Michel. 1976. *Régulation et crises du capitalisme. L'expérience des Etats-Unis*. Paris : Calmann-Lévy.
- Amin, Ash, edit. 1994. *Post-Fordism: a reader*. Oxford : Basil Blackwell.
- Boyer, Robert. 1986. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris : Agalma - La Découverte.
- Chauvel, Louis, Chenu, Alain. 2002. "Enjeux et usages des catégories socioprofessionnelles: traditions nationales, comparaisons internationales et standardisation européenne". Débat animé par M. Oberti e E. Préteceille. *Sociétés Contemporaines*.
- Desrosières, Alain, Thévenot, Laurent, 1988, *Les catégories socioprofessionnelles*, Paris, La Découverte.
- Dunleavy, Patrick. 1986. "The growth of sectoral cleavages and the stabilization of state expenditures". *Society and Space*, 4/2. pp.129-144
- Duriez B., Ion J., Pinçon M., Pinçon-Charlot M.. 1991. "Institutions statistiques et nomenclatures socioprofessionnelles". *Revue française de sociologie*, XXXII, 29-5.
- Erikson R., Goldthorpe, J. H., 1992, *The constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- Hamnett, Chris.1995. "Les changements socioéconomiques à Londres". *Sociétés Contemporaines*, 22-23. pp. 15-32.
- Jorge, A. F. et al. 1984. *Categorias sócio-ocupacionais : uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil*. IBGE, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais. Mimeogr.
- Lago, Luciana Corrêa do, 2000. "O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: A metrópole do Rio de Janeiro". In : Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, org.. *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro : Revan-FASE. pp. 207-228.
- Lipietz, Alain. 1977. *Le capital et son espace*. Paris: François Maspéro.
- Lojkine, Jean. 1977. *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Maloutas, Thomas.1995. "Ségrégation et relations familiales dans deux villes grecques : Athènes et Volos". *Sociétés Contemporaines*, 22-23. pp. 89-106.
- Mills, C. Wright. 1965. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar.
- Mollenkopf, John H., Castells, Manuel, org. 1991. *Dual City. Restructuring New York*. New York : Russell Sage Foundation.
- Mollenkopf, John, org. *Fragile Giants*. Routledge. No prelo.
- Pahl, Ray E. 1977. "Stratification, the relation between states and urban and regional development". *International Journal of Urban and Regional Research*, 1/1. pp.6-18.
- Pickvance, Chris, Préteceille, Edmond, edit. 1991. *State restructuring and local power. A comparative perspective*. London : Pinter Publishers..
- Pinçon, Michel, Pinçon-Charlot, Monique. 1989. *Dans les beaux quartiers*. Paris: Editions du Seuil.
- Pinçon-Charlot, Monique, Préteceille, Edmond et Rendu, Paul. 1986 *Ségrégation urbaine. Classes sociales et équipements collectifs en région parisienne*. Paris: Éditions Anthropos.

- Préteceille, Edmond e Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. 1999 “Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14/40. pp.143-162.
- Préteceille, Edmond, Valladares, Lícia, org. 1990. *Reestruturação urbana: Tendências e desafios*. São Paulo: Nobel.
- Préteceille, Edmond. 1986. “Collective consumption, urban segregation and social classes”. *Society and Space*, 4/2, pp.145-154.
- Préteceille, Edmond. 1988. *Mutations urbaines et politiques locales. Volume I*. Paris : CSU.
- Préteceille, Edmond. 1990. “Political paradoxes of urban restructuring. Globalization of the economy and localization of politics”. in Logan, J., Swanstrom, T., edit. *Beyond the City Limits : Urban Policy and Economic Restructuring in Comparative Perspective*. Philadelphia : Temple University Press..
- Préteceille, Edmond. 1992. *La ségrégation sociale dans les grandes villes*. Paris: La Documentation Française. 1992.
- Préteceille, Edmond. 1993. *Mutations urbaines et politiques locales. Volume II: Ségrégation sociale et budgets locaux en Île-de-France*. Paris : CSU.
- Préteceille, Edmond. 1995. “Division sociale de l'espace et globalisation. Le cas de la métropole parisienne”. *Sociétés Contemporaines*, 22-23. pp. 33-67.
- Préteceille, Edmond. 2000. “Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense”. in Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, org. *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro : Revan-FASE. pp.99-119.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz e Cardoso, Adauto Lucio. 1996. *Dualização e reestruturação urbana : o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : FASE-IPPUR/UFRJ.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz e Lago, Luciana Corrêa do. 2000. “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras : São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 3, pp.111-130.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz e Lago, Luciana Corrêa do. 2001. “A oposição Favela-Bairro no espaço social do Rio de Janeiro”. *São Paulo em Perspectiva*. 15 (1). pp. 144-154
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. 2000. “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”. In : Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, org. *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro : Revan-FASE. pp.63-98.
- Salais, Robert e Storper, Michael. 1993. *Les mondes de production. Enquête sur l'identité économique de la France*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Sassen, Saskia. 1991. *The global city. New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Saunders, Peter. 1986. “Comment on Dunleavy and Preteceille”. *Society and Space*, 4/2. pp.155-163.
- Silva, Nelson do Valle. s.d. *Categorias ocupacionais por sexo e cor*. Mimeogr.
- Storper, Michael. 1997. *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York: Guilford.